

Mandato Vereador

PROF. ALEX FRAGA



Relatório sobre
os problemas de
funcionamento das
**Escolas Municipais
de Ensino Infantil
de Porto Alegre**

FEVEREIRO DE 2019



**Câmara Municipal
de Porto
Alegre**

SUMÁRIO

1 DEMANDA POR VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0-5 ANOS.....	3
1.1 O IMPACTO QUE GERA O ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO NA PRIMEIRA INFÂNCIA PARA O DECORRER DA VIDA DOS INDIVÍDUOS ATENDIDOS	3
1.2 METAS ESTABELECIDAS PELO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024) SOBRE AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO EM BUSCA DE UNIVERSALIZAÇÃO DE ATENDIMENTO DE 4-5 E AMPLIAÇÃO AO PÚBLICO DE 0-3 ANOS PARA 50%.....	4
1.3 GARANTIA DE AUTONOMIA FINANCEIRA PARA FAMÍLIAS, EM ESPECIAL AS MÃES, QUE, AO TEREM NEGATIVA DE VAGAS NO ENSINO GRATUITO, ABANDONAM O MERCADO DE TRABALHO PARA REALIZAREM O CUIDADO INTEGRAL DA CRIANÇA	7
1.4 NÃO AO FECHAMENTO DE VAGAS	8
2 A SEGURANÇA NAS EMEIS	8
3 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS	9
3.1 CONDIÇÕES DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO NAS EMEIS	10
3.2 COMO É ORGANIZADO O 1/3 DESTINADO AO PLANEJAMENTO DOCENTE NAS EMEIS?	11
3.3 É CUMPRIDO O 1/3 DA CARGA HORÁRIA PARA PLANEJAMENTO NAS EMEIS?	11
4 CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS	13
4.1 SOBRE O CONCURSO PÚBLICO SUSPENSO.....	13
4.2 ATENDIMENTO VOLTADO À INCLUSÃO.....	14
5 PROBLEMAS ESTRUTURAIS NAS EMEIS	15
6 RECOMENDAÇÕES	18
REFERÊNCIAS	20

INTRODUÇÃO

Entre outubro e novembro de 2018 o nosso mandato visitou 20 escolas do ensino infantil da Rede Municipal de Porto Alegre para, assim como já havia sido feito com relação às EMEFs, EMEB e EMEM, realizar um levantamento sobre as reais condições de educação das nossas crianças. O levantamento foi realizado, neste momento, com a rede própria de educação infantil e, considerando que a maior parte das vagas são ofertadas por instituições conveniadas com o município, desejamos ampliar no futuro o estudo para abranger também essa modalidade de serviço.

As visitas foram às direções, às quais foi aplicado um questionário padrão para embasar, posteriormente, a análise dentro da amostra. O questionário continha perguntas sobre número de alunos e demanda de vagas; número de servidores e se há déficit de profissionais para atendimento; estimulação precoce e pessoal disponível para ensino inclusivo; segurança nas escolas; condições de planejamento para os professores, analisando número de computadores disponíveis e salas apropriadas para tal; se as escolas possuem algum problema na rede elétrica; e, se o corpo docente tem conseguido organizar um calendário para suas reuniões pedagógicas.

A partir da tabulação, análise e estudo dos dados obtidos elaboramos o presente relatório, com o objetivo de auxiliar na construção de uma política de valorização da nossa rede própria, com educação pública e de qualidade para toda a população.



Prof. Alex Fraga

1 DEMANDA POR VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0-5 ANOS

Ao realizarmos o levantamento, perguntamos às gestões escolares sobre as vagas ofertadas para acolhimento pedagógico versus demanda e lista de espera. O tema é relevante pelos seguintes fatores:

1.1 O IMPACTO QUE GERA O ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO NA PRIMEIRA INFÂNCIA PARA O DECORRER DA VIDA DOS INDIVÍDUOS ATENDIDOS

Existem diversos estudos cuja hipótese a ser trabalhada é o resultado para a vida adulta, no longo prazo, do indivíduo que frequentou o ensino infantil. O Núcleo Ciência pela Infância, composto por instituições como *Harvard University* e a Universidade de São Paulo, no estudo intitulado “O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem” publicado em 2014, afirma que quanto maior o grau de escolaridade do indivíduo, maiores níveis socioeconômicos este atinge, assim como menores as chances de envolvimento com situações de violência e de violação da lei. Logo, o investimento dado aos primeiros anos da educação básica traz importante retorno social.

O mesmo estudo aponta que de zero aos cinco anos de idade o sistema nervoso permanece em constante aperfeiçoamento, sendo nessa idade, a partir do círculo afetivo da criança, das condições estruturais e afetivas da família e dos estímulos que recebe do ambiente que vive, fase fundamental para se construir indivíduos com maiores aptidões futuras.

“Funções cognitivas mais especializadas como atenção, memória, planejamento, raciocínio e juízo crítico começam a se desenvolver na primeira infância por meio de habilidades como controle de impulsos, a capacidade de redirecionar atenção e de lembrar de regras”

Afirma-se que o cérebro possui maior plasticidade nos primeiros anos de vida e que cada conteúdo aprendido em determinada etapa da vida serve como base para o conteúdo seguinte, possuindo maior familiaridade com o ambiente escolar e facilidade com as dinâmicas pedagógicas.

“Estudos salientam que, no caso da creche para crianças de até 2 anos ou 2 anos e meio, a qualidade representa um fator determinante, ou seja, creches de boa qualidade podem representar benefícios para o desenvolvimento infantil, mas creches de baixa qualidade podem gerar

prejuízos no desenvolvimento das crianças. [...] os fatores mais fortemente associados a bons resultados nas creches foram atividades e estrutura do programa pedagógico, razão adulto-criança, e o número de crianças em cada grupo”

O artigo “Evidências da relação entre a frequência no ensino infantil e o desempenho dos alunos do ensino fundamental público no Brasil” tem como base de pesquisa a comparação de desempenho de estudantes, que frequentaram educação infantil e os que não frequentaram, do 5º ao 9º ano na Prova Brasil 2011, para as disciplinas de português e matemática. O resultado para todos os anos comprovou a hipótese:

“[...] Isso significa que, para a nota de português, para um desvio padrão de 45 pontos, um aluno na mediana da distribuição passaria à frente de 10% dos alunos apenas por ter frequentado a pré-escola. Para a nota de matemática, isso se traduz para um aluno da mediana passar à frente de 11% da distribuição apenas por ter frequentado a pré-escola”

Para além da importância na socialização da criança, nota-se que um olhar pedagógico nesta etapa de ensino gera resultados para toda a vida.

1.2 METAS ESTABELECIDAS PELO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024) SOBRE AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO EM BUSCA DE UNIVERSALIZAÇÃO DE ATENDIMENTO DE 4-5 E AMPLIAÇÃO AO PÚBLICO DE 0-3 ANOS PARA 50%

Nacionalmente, foram estabelecidas metas sobre a educação básica a serem cumpridas pela Federação, Estados e Municípios. A educação infantil é tarefa central das prefeituras abordada na Meta 1 do PNE 2014-2024:

“Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças até 3 anos até o final da vigência deste PNE”

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul elaborou a “Radiografia do Ensino Infantil” para o Estado e também para a Capital, referente aos anos 2016 e 2017. O documento evidencia a necessidade de aumento de vagas para que haja o cumprimento da Meta 1 do PNE.

Taxa de matrículas na Rede Municipal:

Tabela 1 Fonte: Radiografia do Ensino Infantil em Porto Alegre 2016 e 2017

Ano	Creche	Pré Escola
2015	2539	3944
2016	2257	5527
2017	2277	5866

Fonte: Elaboração própria a partir de informações disponibilizadas pelas pesquisas do TCE-RS

O aumento significativo de vagas na pré-escola refere-se também à abertura de turmas de Jardim A e de Jardim B nas demais instituições da educação básica da capital.

Ainda segundo o estudo do TCE, Porto Alegre está na 305ª posição no Estado quando se trata de acolher a demanda de ensino infantil. Para cumprir a meta do PNE, a tabela abaixo apresenta as vagas que devem ser criadas na Capital:

Tabela 2 Fonte: Radiografia do Ensino Infantil em Porto Alegre 2016 e 2017

Ano	Atendimento 0-3 anos	Atendimento 4-5 anos	Atendimento 0-5 anos	Vagas a criar 0-3	Vagas a criar 4-5	Vagas a criar 0-5
2016	40,85%	77,39%	52,96%	5811	7114	12925
2017	39,35%	79,45%	52,64%	6757	6464	13221

Fonte: Elaboração própria a partir de informações disponibilizadas pelas pesquisas do TCE-RS

No dia 20 de novembro de 2018, em audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CECE), foi apresentado pelo Secretário Municipal de Educação, Adriano Naves de Brito, o dado sobre a demanda do ensino infantil que, segundo a SMED, é cerca de 450 crianças. Também nas palavras do secretário, retiradas das notas taquigráficas da audiência na Câmara de Vereadores:

“[...] nós temos o levantamento da demanda manifesta e de (Ininteligível), esses dados serão atualizados, **em torno de 450 crianças** [...] Nós estamos muito perto da universalização da pré-escola, que é a fase obrigatória [...] O dado que é reconhecido é que nós temos mais de 60%, sendo que a meta de Porto Alegre era 55% até 2024, portanto, na faixa de zero a três anos, nós atendemos mais do que era a meta para 2024.

A partir do levantamento realizado pelo nosso mandato acerca das condições do ensino infantil na rede própria, foram coletados dados sobre a lista de espera por vagas nas escolas. A Tabela 3 aborda a demanda por região da capital, cujos números apresentados são da lista que as 20 escolas tinham em novembro de 2018, de crianças que não foram contempladas por vagas. A partir da referida audiência pública da CECE, dado levantado pelo Secretário que 32 crianças da EMEI Unidos da Paineira serão realocadas para outras escolas, e esse dado foi utilizado para calcular a demanda.

Da amostra de 20 escolas entrevistadas, apenas duas afirmaram não haver lista de espera por vagas. Na maioria dos casos, foi relatado que o principal foco de procura por vagas está na faixa de zero a três anos.

Tabela 3: Dado aproximado a partir de pesquisa do Mandato do Prof. Alex Fraga

Demanda por Região		
Norte	8 escolas	791
Sul	6 escolas	727
Leste	4 escolas	172
Central	2 escolas	635
TOTAL	20 escolas	2325

Fonte: Elaboração própria do mandato a partir dos dados coletados sobre a demanda por vagas

A Tabela 3 explicita os números estimados apresentados pelas escolas, ou seja, uma estimativa de 2.325 crianças esperando por vaga. Este número certamente é maior na realidade, uma vez que a presente amostragem não compreende todas as 43 escolas de educação infantil do Município. Mesmo assim estes números reforçam os dados publicados pelo TCE (Tabela 2), que apontam a

necessidade de abertura de 6.757 vagas para ensino de 0 a 3 anos e de 6.464 para crianças de 4 a 5 anos, para que o município alcance as metas estabelecidas pelo PNE.

1.3 GARANTIA DE AUTONOMIA FINANCEIRA PARA FAMÍLIAS, EM ESPECIAL AS MÃES, QUE, AO TEREM NEGATIVA DE VAGAS NO ENSINO GRATUITO, ABANDONAM O MERCADO DE TRABALHO PARA REALIZAREM O CUIDADO INTEGRAL DA CRIANÇA

O jornal NEXO divulgou, no dia 7 de setembro de 2017, pesquisa da Fundação Getúlio Vargas que foi realizada com base de dados do Ministério do Trabalho, pesquisando uma amostra de 250 mil mulheres empregadas regularmente e que tiveram filhos. O resultado comprovou que 50% delas abandonaram o mercado de trabalho após a licença-maternidade.

Esta saída do mercado de trabalho apresenta desigualdades que foram analisadas por grau de escolaridade, chegando-se ao seguinte resultado: 51% das mulheres com ensino fundamental incompleto saíram do mercado de trabalho; a taxa foi de 53% para quem tem ensino fundamental completo, 49% para ensino médio completo e 35% para escolaridade superior.

Sabendo-se que o grau de escolaridade está diretamente relacionado à renda, os dados evidenciam que mulheres com ensino fundamental incompleto até o ensino médio possuem menores condições de pagar creches particulares para seus filhos e, portanto, são as que necessitam de ensino infantil público e gratuito.

O Ensino Infantil ser ampliado em vagas e qualidade pedagógica significa o cumprimento da Meta 1 do PNE, que estabelece universalização do ensino de 4 a 5 anos e 50% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas; assim como, a longo prazo, contribui para o cumprimento da Meta 5, que estabelece que a alfabetização será realizada no máximo ao final do 3º ano do ensino fundamental. Além de, por óbvio, ser fator essencial para a entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho e geração de renda.

1.4 NÃO AO FECHAMENTO DE VAGAS

Em contraposição às metas estipuladas nos Planos Nacional e Municipal de Educação, a Prefeitura recentemente anunciou o fechamento de duas EMEIs:

- a) EMEI Unidos da Paineira: Localizada na Zona Leste da cidade, a escola está há 8 anos em uma casa alugada porque no seu prédio próprio há risco de queda da árvore de um vizinho. Durante anos, esteve tramitando a questão da retirada ou não dessa árvore, até que foi emitida a decisão judicial de que o vizinho será responsável por esta. A escola está com quadro de professores e funcionários completo e, ainda, possui lista de espera. Foi informado por usuário da escola que, desde que a EMEI está em uma casa alugada, pelo fato de o local ser menor, deixou-se de atender cerca de 30 crianças. O mesmo usuário informou que a SMED se comprometeu a realocar essas crianças em outras escolas da região.

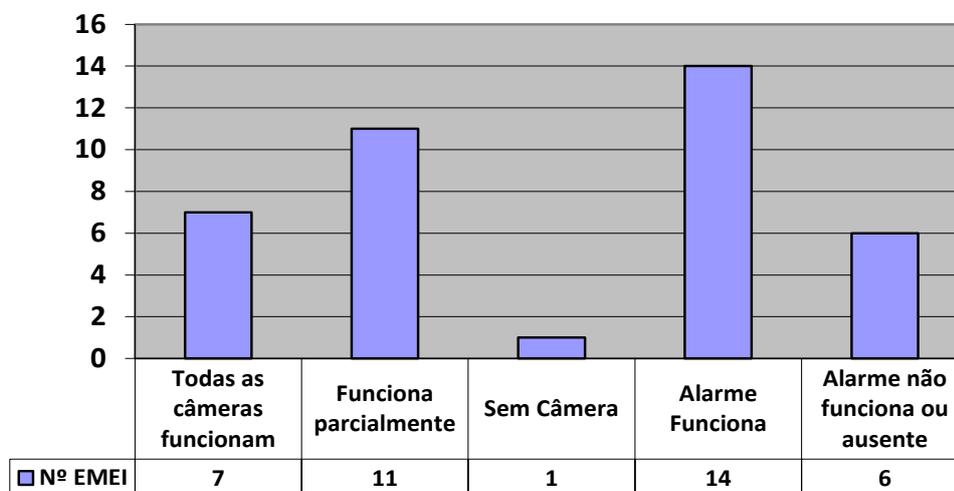
- b) EMEI Jardim de Praça Pica-Pau: Localizada no bairro Centro Histórico, é a EMEI mais antiga da cidade. Possui prédio próprio com Jardim de Praça e um anexo alugado na Rua Fernando Machado, onde eram ofertadas turmas de ensino integral. Há muito tempo, há impasse com a Prefeitura sobre o fechamento do prédio e das turmas da modalidade integral e, infelizmente, no término de 2018 foi imposto o fechamento de prédio anexo e conseqüentemente o fim do atendimento integral às crianças. A partir de 2019, o atendimento será por turno, o que prejudica famílias que necessitam de atendimento o dia todo. Além disso, para que haja a garantia de número de matrículas de 4 a 5 anos (que é meta atendimento universal segundo o PME), encerrou-se o atendimento de crianças de idades inferiores.

2 A SEGURANÇA NAS EMEIs

Todas as escolas participantes responderam que não possuem Guarda Municipal fixo no seu horário de atendimento, que apenas são realizadas rondas esporádicas (não em todas) e que a presença Guarda ocorre apenas mediante solicitação da escola, a posteriori.

Quando perguntado sobre funcionamento de câmeras de segurança e alarme:

Gráfico 1: Disposição de alarmes e câmeras de segurança nas escolas de ensino infantil:



Fonte: Elaboração própria do mandato a partir dos dados coletados.

Nas escolas apresentam câmeras de funcionamento parcial, três tiveram parte do equipamento roubado. Foi comentado, por algumas direções, que a SMED orientou a redução do número de câmeras com monitoramento do Município para apenas duas por estabelecimento. Duas das direções de escolas que possuem alarme afirmaram que este abrange exclusivamente a entrada ou a área administrativa e uma delas relatou que já houve arrombamento pelos fundos da EMEI e, portanto, o alarme não foi acionado na ocasião.

3 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

O planejamento docente é fundamental para a prática pedagógica com as crianças que usufruem o ensino infantil, e, assim como apresentado no último levantamento realizado sobre as condições das EMEFs, EMEB e EMEM realizado pelo nosso mandato, esta atividade essencial é garantida pela Lei Federal 11.738/08:

“Art. 2º, § 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”

Resumindo, professores têm direito a 1/3 da carga horária para planejamento pedagógico e 2/3 desta para prática pedagógica em sala de aula. Como já explicitado, a permanência no ensino infantil é fundamental para as crianças acrescentem qualidade na formação durante sua vida. Isso não se dá apenas com sua frequência na EMEI, mas sim com projeto pedagógico a ser exercido na base do espaço escolar: na sua relação afetiva e de estimulação intelectual com sua equipe docente.

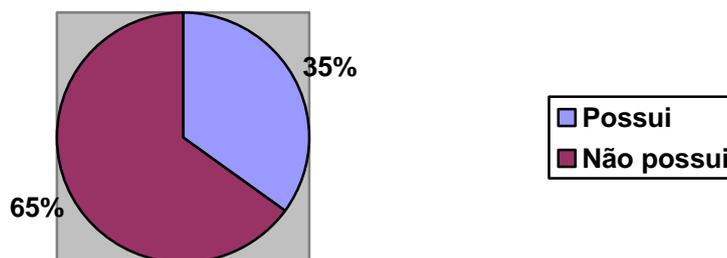
Tendo em vista a garantia da aplicação da Lei Federal 11.738/08 para professores do ensino infantil e, assim, ter acréscimos pedagógicos para o presente e o futuro escolar dessas crianças, pesquisamos como é realizado o planejamento docente na Rede Municipal de Porto Alegre:

3.1 CONDIÇÕES DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO NAS EMEIS

Foi perguntado nas EMEIs sobre o espaço físico à disposição dos professores, haja visto que é necessário, para planejar, uma estrutura que comporte, além de acomodações físicas, subsídios como computador com internet, impressora, livros e materiais diversos.

Neste quesito, foi constatado que: de uma amostra de 20 escolas, 13 não possuem sala dos professores ou de planejamento contrapondo 7 EMEIs que possuem esse espaço. Para estas 13 escolas os profissionais usam sala de convivência ou dos funcionários (quando tem); biblioteca que em geral é adaptada para as crianças; sala da coordenação pedagógica, direção ou a própria sala de aula na ausência das crianças que estão em outros espaços.

Gráfico 2: Escolas com espaço para planejamento docente



Fonte: Elaboração própria do mandato a partir dos dados coletados.

3.2 COMO É ORGANIZADO O 1/3 DESTINADO AO PLANEJAMENTO DOCENTE NAS EMEIS?

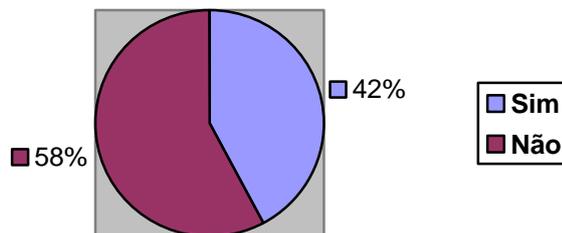
Foi constatado que o momento do planejamento é fruto da organização escolar, docentes e direção como um todo. A relação do vínculo adulto-criança e um RH com déficit ou apertado faz com que professores tenham dificuldade para cumprir a carga de planejamento, tendo em vista que, para que as aulas sejam realizadas, é necessário um número mínimo de adulto por crianças.

Para que sejam realizadas atividades de planejamento, atualmente, nas escolas os professores das áreas de educação física e música assumem as atividades com os alunos (junto aos monitores e o estagiário da turma) enquanto os professores se dedicam ao planejamento dentro da escola, nas condições citadas acima.

3.3 É CUMPRIDO O 1/3 DA CARGA HORÁRIA PARA PLANEJAMENTO NAS EMEIS?

Foi constatado que a maioria das escolas não consegue garantir a carga horária estabelecida para a hora atividade, sendo que 42% das escolas garantiram o cumprimento e 58% relataram não conseguir cumprir. Vale ressaltar que, para a garantia do planejamento pedagógico, é necessário que o professor se retire da sala de aula e, com RH apertado ou com déficit, muitas escolas não cumprem a determinação legal justamente porque não haveria, na ausência do professor referência, o número estipulado por lei de adultos por criança em sala de aula.

Gráfico 1: EMEIs que cumprem a Lei Federal 11.738/08



Fonte: Elaboração própria do mandato a partir dos dados coletados.

Além disso, foi constatado, nas falas das direções visitadas, que a política da SMED é “deixar cada escola por si”. Neste ano avaliado (2018), as reuniões com calendário estipulado da SMED foram mensais e aos sábados, voltadas para a formação pedagógica e com duração de quatro horas, e, considerando a dinâmica da escola, a pauta e a duração das reuniões, os professores dificilmente conseguiram aproveitar esse espaço de formação para conversar também sobre as demandas escolares.

A partir de 2019, estes encontros serão nas sextas-feiras, com duração de oito horas, só que bimestrais, o que, mais uma vez, dificulta a reunião dos professores que sentem diferentes demandas ao longo da semana. Sobre as reuniões destinadas às equipes dos segmentos de atendimento, não há orientação da SMED.

Quatro escolas relataram não possuir coordenação pedagógica, cargo que é fundamental dentro da gestão escolar, por impulsionar reuniões de equipe e orientações educacionais, sendo assim de suma importância para manutenção da qualidade do ensino.

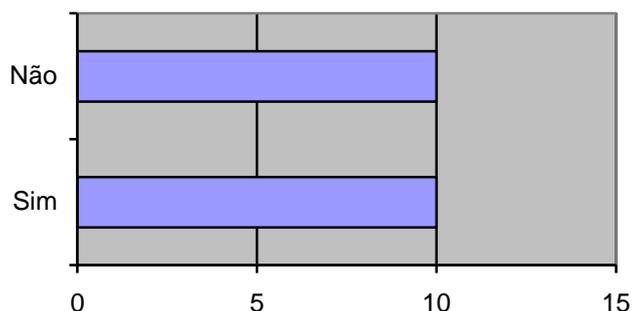
Há exemplos próximos de redes de educação infantil municipal que cumprem a Lei 11.738/08, como é o caso de Novo Hamburgo, na região metropolitana de Porto Alegre. Neste Município, a partir da Lei Municipal 336/2000, que institui o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, é regulamentada a hora-atividade no seu Art. 18, que estabelece nos seus incisos horas-atividade dentro da escola destinadas ao “planejamento e avaliação, reuniões pedagógicas e colaboração com a administração escolar”, e no seu inciso I do § 3º hora-atividade fora da escola

destinada ao estudo. O cumprimento do disposto em lei é fiscalizado e obedecido pela gestão municipal. Para que Porto Alegre se iguale, é necessário apoio pedagógico e, principalmente, conclusão do concurso e chamamento dos profissionais de educação.

4 CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS

A educação é essencialmente o fruto da relação entre o trabalho docente e a interação com os discentes. Portanto, a falta de profissionais afeta a qualidade desse processo. Ao visitar as escolas infantis da rede municipal de Porto Alegre, constatamos que existe carência de profissionais, tanto de professores, bem como de monitores. Na amostragem de 20 escolas, foi evidenciada a falta de professores em metade delas, num total de 16 professores.

Gráfico 2: Falta de professores por EMEI da amostragem



Fonte: Elaboração própria do mandato a partir dos dados coletados.

Em quatro escolas, foi encontrada falta de monitores, cerca de 16 profissionais no total. Em oito escolas faltam estagiários (40%).

4.1 SOBRE O CONCURSO PÚBLICO SUSPENSO

Primeiramente, a Constituição Federal de 1988 estabelece como padrão para a seleção de servidores a realização de concurso público. Portanto, não é novidade a necessidade e a importância desses processos.

Porém, diante dessa realidade de carência de profissionais de educação, tanto no ensino infantil como no nível fundamental, a prefeitura de Porto Alegre suspendeu o concurso público que foi aberto em 2018.

Vejamos como isso ocorreu: a SMED divulgou no dia 10/07/2018, edital para concurso público para o cargo de professor de educação infantil. Finalmente, no dia 23/09/2018, foram realizadas as provas. Cerca de 2.400 candidatos participaram do certame e aguardam os resultados finais. Porém, o concurso foi suspenso¹ devido à falta de pagamento da Prefeitura para a Fundação La Salle, responsável pela realização do processo. Apesar de ter sido recolhido R\$ 144,00 de cada candidato, a soma total foi destinada ao caixa único do Tesouro municipal e destinada para outros gastos que não a continuidade do concurso. Tal processo evidencia, no mínimo, dificuldade de planejamento e execução de atividades cotidianas como a realização de concurso público e chamamento dos aprovados para vagas existentes.

Apenas no dia 18 de janeiro de 2019 a prefeitura divulgou o resultado dos recursos administrativos e a listagem definitiva das notas dos candidatos do concurso. Com os resultados, há 123 professores de educação infantil aprovados, aguardando a entrega da documentação da prova de títulos (que ocorre entre os dias 06 e 08 de fevereiro de 2019). Esperamos que os mesmos sejam chamados para atender o déficit das escolas infantis municipais ainda antes do início do ano letivo.

4.2 ATENDIMENTO VOLTADO À INCLUSÃO

Atualmente, as Escolas Municipais de Educação Especial Fundamental (EMEEFs) realizam o acompanhamento nas escolas voltado à estimulação precoce, e o atendimento é com a criança, a equipe pedagógica e com a família. Em geral, as escolas afirmaram que esse trabalho especializado é mensal, e todas, sem exceção, elogiaram o trabalho desenvolvido pelas assessorias.

Da amostra de 20 escolas visitadas, metade apresentava falta de RH para ensino inclusivo. Sobre a demanda das 10 escolas com déficit para essa modalidade:

¹ Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/12/concurso-da-prefeitura-de-porto-alegre-para-professores-e-suspenso-por-falta-de-recursos-cjpbri21f0j7u01pikrg5wudb.html>>

- 3 direções afirmaram que seria importante que esse atendimento fosse realizado por um profissional da escola, tendo em vista que o atendimento mensal não atinge os resultados almejados. Portanto, para essas escolas seria necessário ter três professores especializados.
- 2 escolas relataram a falta de monitores para o ensino inclusivo, que, no total da demanda, sugere 14 profissionais.
- 8 escolas estão no aguardo de estagiários de inclusão, que totaliza 12 vagas em aberto nas EMEIs.

5 PROBLEMAS ESTRUTURAIS NAS EMEIS

Assim como fizemos na elaboração do relatório sobre as condições das Escolas de Ensino Fundamental, Básico e Médio do Município lançado no ano de 2018, buscamos averiguar se as EMEIs possuem algum tipo de problema estrutural. No primeiro relatório que realizamos, foi constatado que, em muitos casos, nas escolas com aproximadamente 25 anos, havia uma tendência de problemas na estrutura elétrica e necessidade de reparos, e nestas houve relatos de quedas de luz constantes, além de queima de eletrodomésticos.

Criada a hipótese sobre a idade da EMEI e limitações da elétrica, foi elaborada questão para ser levantada às gestões escolares, em que se constatou, conforme tabela abaixo, que, dentro da amostra de 20 escolas, 6 necessitam de reparos na totalidade da estrutura, 2 possuem situação regular com a elétrica (com necessidade de revisão para instalação de produtos de alto consumo) e 5 possuem boas condições. Houve também dois casos relatados de estrutura condenada e outro com o mesmo diagnóstico, porém, agregado a ele o risco de incêndio.

Estas 6 escolas que necessitam reparos reforçam a hipótese da relação entre idade da escola e deficiência na estrutura elétrica, tendo estas a média de idade de 27 anos.

Tabela 1: Condições da estrutura elétrica das EMEIs

EMEI	Estrutura Elétrica	
	Condições	Observações
1	BOA	
2	RUIM	Não suporta alguns equipamentos para aquecer e resfriar. Precisa de manutenção.
3	BOA	
4	RUIM	Ar condicionado não instalado por falta de condições na rede elétrica.
5	RUIM	Condenada, tem que trocar tudo. Não podem colocar ar condicionado
6	BOA	Está bem, cozinha está sendo arrumada
7	RUIM	Condenada e com risco de incêndio.
8	RUIM	Já ocorreu de o ventilador pegar fogo.
9	RUIM	Pararam de usar o chuveiro elétrico devido a quedas de luz
10	BOA	Reformada em 2014
11	BOA	Foi feita reforma na última gestão
12	RUIM	Necessita de reforma, mas não houve queda de luz
13	BOA	-
14	RUIM	Começaram a fazer reparo em agosto, mas não concluíram
15	REGULAR	Antiga, porém atende o necessário. Teria que passar por avaliação para instalar ar condicionado.
16	BOA	Central geral da elétrica foi trocada há 4 anos
17	RUIM	Precisa de reforma, houve queda de luz e nunca sinalizaram a verba.
18	RUIM	Está comprometida, precisa de reparos por questão de segurança
19	REGULAR	Foi feito levantamento para reforma da parte elétrica; já foi solicitado

20	BOA	Houve reforma recentemente
----	-----	----------------------------

Fonte: Elaboração própria do mandato a partir dos dados coletados.

Em virtude da preservação do anonimato das direções, as EMEIs estão identificadas, aqui, por números.

Na ocasião das entrevistas, algumas escolas aproveitaram o momento para relatar outros problemas estruturais que não foram abordados no questionário, tais quais:

ESCOLA 1 - A escola possui muro nos fundos que divide o espaço dela com outra escola, há risco de queda.

ESCOLA 2 – Obra inacabada para abertura de mais turmas, necessidade de andamento.

ESCOLA 3 – Árvore ameaçando estrutura da calçada e do prédio.

ESCOLA 4 – Há infiltração de água da chuva na lavanderia e no refeitório.

ESCOLA 8 – Muro caindo para dentro da EMEI, quadra de esportes está interditada

ESCOLA 9 – Há caimento no telhado, que gera infiltrações

ESCOLA 10 – Muro do pátio das crianças está com buracos, fruto de erosão entre seu terreno e o do lado, houve situações relatadas de professores e funcionários terem que tirar crianças dali. A escola chamou a manutenção, que não realizou os reparos e está com medidas paliativas como tapá-los com madeira, além do cuidado profissional dos pequenos quando estão naquele espaço.

ESCOLA 17 – Não possui quadra coberta para as crianças

6 RECOMENDAÇÕES

1. Que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre ofereça vagas e realize busca-ativa de crianças do público-alvo por idade.
2. Para que as metas de ensino infantil sejam alcançadas é necessário que o Poder Público ofereça vagas, ampliando a rede própria do município e conscientize famílias sobre a importância da matrícula.
3. Que a Prefeitura de Porto Alegre se responsabilize pela retirada da árvore que põe a EMEI Unidos da Paineira em risco via SMAMS para que o prédio próprio possa ser utilizado por sua equipe e comunidade escolar novamente garantindo o atendimento às crianças.
4. Alarmes que abranjam todas as possíveis entradas de risco de arrombamento conectado à Guarda Municipal para todas as escolas.
5. Ampliação, conserto das defeituosas e monitoramento das câmeras de segurança nas escolas.
6. Para que as escolas conseguissem atingir o $\frac{1}{3}$ de hora-atividade seria necessário haver uma política de RH que permita o planejamento docente.
7. Finalização do concurso público e, assim, preenchimento das vagas em déficit nas escolas para que as escolas que não possuem consigam carga horária para coordenação pedagógica.
8. Que a SMED oriente pedagogicamente sobre reuniões de equipe por segmento (berçários, maternais e jardins) e que assim sejam possibilitadas nas EMEIs.
9. Conclusão do concurso público em andamento e chamamento dos aprovados (as) para as vagas existentes na rede municipal de educação.
10. Aumento de RH para ensino inclusivo na educação especial, com mais profissionais especializados por região garantindo assessoria com menor espaçamento de visitas
11. Que os professores que promovem as assessorias de inclusão sejam autorizados a bater ponto nas escolas em que estão atendendo, atualmente, a direção da EMEEF que acompanha tem que editar o ponto deste profissional, podendo ser desburocratizado com essa medida.
12. Que haja liberação de verba para o conserto das redes elétricas condenadas que apresentam riscos eminentes à comunidade escolar

13. Investimento em RH para o setor de manutenção da SMED a fim de que haja diagnóstico seja da situação da rede elétrica das escolas e de demais problemas estruturais.

REFERÊNCIAS

BENTRANI, A. V. M. et al. Estudo nº 1: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/IMPACTO_DESENVOLVIMENTO_PRIMEIRA%20INFANCIA_SOBRE_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: dez. de 2018.

SILVA JUNIOR, W. S. J; GONÇALVES, F. O. Evidências da relação entre a frequência no ensino infantil e o desempenho dos alunos do ensino fundamental público no Brasil. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/2016nahead/0102-3098-rbepop-2016a0015.pdf>> Acesso em: dez. de 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF. Inep, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>>

ROCHA, D. B. R.; ROYER, H. Radiografia do Ensino Infantil. Porto Alegre. 2018. Disponível em: <https://portal.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/publicacoes/estudos/estudos_pesquisas/radiografia_educacao_infantil_2016_2017/analise_geral_2016_2017.pdf> Acesso em: jan. de 2019.

LIMA, J. D. Por que 50% das brasileiras saem do trabalho após a licença-maternidade. Jornal NEXO. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/07/Por-que-50-das-brasileiras-saem-do-trabalho-ap%C3%B3s-a-licen%C3%A7a-maternidade>> Acesso em: jan. de 2019

BRASÍLIA. Lei Federal nº 11.738, de 16 de Julho de 2008. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em: jan. de 2019.